



A destruição dos clássicos da sociologia: democratização ou homogeneização?

The destruction of the classics of sociology: democratization or homogenization?

La destrucción de los clásicos de la sociología: ¿democratización u homogeneización?

Carlos Eduardo Sell* 

RESUMO

A denúncia da seletividade político-epistêmica representada pelos clássicos da sociologia (Marx/Durkheim/Weber) tornou-se hoje um tópico recorrente da teoria sociológica contemporânea. Reagindo a esse novo consenso ortodoxo, o objetivo deste texto é interpelar, de forma crítica, aspectos da discussão internacional e brasileira que questionam um suposto cânon da sociologia. Após caracterizar, a partir da distinção entre história e sistemática, os principais modelos de crítica dos clássicos na pesquisa brasileira, identificam-se determinados problemas teóricos presentes na discussão. Em primeiro lugar, aponta-se que os parâmetros históricos utilizados são unidimensionais, e em segundo lugar, que os pressupostos epistemológicos da crítica aos clássicos tendem a conduzir a sociologia a uma inadvertida homogeneização paradigmática. Frente ao colapso da dimensão histórica da sociologia como zona de negociação teórica, a terceira parte delinea breves pistas para repensar o caráter sistemático da teoria sociológica, seja por via de uma pesquisa histórica instruída pela sistemática, seja pelo retorno a uma sociologia geral.

Palavras-chave: teoria sociológica, história da sociologia, clássicos da sociologia.

* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

Professor titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC, pesquisador do CNPQ desde 2007. carlos.sell@ufsc.br

ABSTRACT

The critique of the political-epistemic selectivity represented by the classics of sociology (Marx/Durkheim/Weber) has become a recurring theme in contemporary sociological theory. In response to this new orthodox consensus, the aim of this study is to critically examine aspects of both international and Brazilian discussions that challenge a presumed canon of sociology. After characterizing the main models of criticism directed at the classics within Brazilian research, based on the distinction between history and systematics, certain theoretical problems present in the discussion were identified. First, it is noted that the historical parameters employed are unidimensional; second, the epistemological assumptions underlying the critique of the classics tend to lead sociology towards an inadvertent paradigmatic homogenization. Given the collapse of the historical dimension of sociology as a zone for theoretical negotiation, the third part of the study outlines brief suggestions for rethinking the systematic character of sociological theory, either through historically informed research guided by systematics or by returning to general sociology.

Keywords: sociological theory, history of sociology, classics of sociology.

RESUMEN

La denuncia de la selectividad político-epistémica representada por los clásicos de la sociología (Marx/Durkheim/Weber) se ha convertido hoy en un tema recurrente en la teoría sociológica contemporánea. Como reacción a este nuevo consenso ortodoxo, el objetivo de este texto es cuestionar críticamente aspectos de la discusión internacional y brasileña que cuestionan un supuesto canon de la sociología. Después de caracterizar, a partir de la distinción entre historia y sistemática, los principales modelos de crítica de los clásicos en la investigación brasileña, se identifican algunos problemas teóricos presentes en la discusión. En primer lugar, se señala que los parámetros históricos utilizados son unidimensionales y, en segundo lugar, que los presupuestos epistemológicos de la crítica de los clásicos tienden a conducir a la sociología a una homogeneización paradigmática inadvertida. Frente al colapso de la dimensión histórica de la sociología como zona de negociación teórica, la tercera parte esboza breves pistas para repensar el carácter sistemático de la teoría sociológica, ya sea a través de investigaciones históricas informadas por la sistemática o volviendo a una sociología general.

Palabras clave: teoría sociológica, historia de la sociología, clásicos sociológicos.

Introdução

Atualmente, um dos elementos até agora considerados mais sólidos da identidade disciplinar da sociologia – a tríade “Marx/Durkheim/Weber” –, encontra-se sob o fogo da crítica. Tendo em vista a centralidade dessas referências como mecanismo de autodescrição desta ciência, sua desconstrução possui consequências que extrapolam a narrativa sobre sua história e que incidem sobre o modo como ela compreende a si mesma: é, pois, a própria definição da sociologia que se encontra atualmente em jogo. Tendo em vista essa premissa, o objetivo deste texto é interpelar, de forma crítica, aspectos da discussão brasileira que, seguindo a discussão internacional,¹ questionam um suposto *cânon* da sociologia, ao mesmo tempo que, paradoxalmente, se esmera em “canonizar” outros autores.

Mas este exercício bem poderia começar parafraseando, em sentido inverso, a seguinte frase: “não se trata da defesa dos clássicos” (Castro, 2022).² E nem de longe se trata de um questionamento da pesquisa histórica e teórica sobre novas ideias, autores e correntes de pensamento. Essa é uma tarefa básica da ciência normal que, por sinal, dá mostras de profunda vitalidade no Brasil.³ Mesmo assim, se a narrativa fundacional da sociologia se encontra em xeque, há que se perguntar não apenas se estamos diante de uma fase de anomalia, mas, acima de tudo, quais seriam os contornos do paradigma emergente. E, principalmente, se nesse processo de destruição criativa os resultados advindos acabam sendo melhores do que aqueles já alcançados. O que se propõe, pois, é um exercício de autocrítica que chama a atenção para riscos contidos na empreitada de desconstrução da tradição sociológica.

Para alcançar este objetivo, o texto está dividido da seguinte forma. A primeira parte estabelece os marcos analíticos que guiam a discussão e, a partir deles, sistematiza alguns trabalhos representativos realizados no Brasil, que questionam o valor dos clássicos da sociologia. A segunda parte

¹ A discussão sobre esse assunto é hoje muito vasta, o que torna difícil realizar um levantamento bibliográfico abrangente. Dentre alguns trabalhos importantes na crítica aos clássicos destacam-se: Connell (1997, 2020), Alatas e Sinha (2017), Steimetz (2013), Go (2016), Bhambra e Holmwood (2021). Em defesa dos clássicos pronunciaram-se, entre outros: How (2016), Collins (1997), Turner (2013) e Mouzelis (1997).

² Que, no seu livro, diz o seguinte: “esta não é uma coletânea contra o cânon tradicional das ciências sociais” (Castro, 2022, p.1).

³ Não seria possível, em espaço tão curto, apresentar este segmento de pesquisa. Cito como exemplos os trabalhos de Alcântara (2022), que vem realizando um esforço de divulgação e pesquisa de Harriet Martineau de grande excelência.

diagnostica problemas teóricos no revisionismo dos clássicos, seja pela ausência de uma concepção pluridimensional da história da sociologia (dimensão diacrônica), seja porque os termos em que o questionamento está sendo proposto (dimensão sistemática) carregam o risco de uma inadvertida homogeneização paradigmática. Frente a tais problemas, a terceira parte delinea breves pistas para repensar o caráter sistemático da teoria sociológica, seja por via de uma pesquisa histórica instruída pela sistemática, seja pelo retorno a uma sociologia geral.

Antes de prosseguir, contudo, é mister advertir que este questionamento é por vezes bloqueado pelo viés de consenso da comunidade científica, quando não por sutis mecanismos de blindagem da crítica. Eles ora assumem feições psicanalíticas (o recalque dos oprimidos x ressentimento dos opressores) ou políticas que, ao fundir a epistemologia na normatividade, empurram toda crítica para o campo conservador, reivindicando para si o privilégio epistêmico da representação dos movimentos sociais⁴. Além disso, importa superar a fixação do debate em torno da questão inclusão/exclusão, restringindo o tema à questão da representatividade simbólica. O que devemos nos perguntar, em última instância, é sobre o sentido e a viabilidade de ainda trabalhar com referências históricas (clássicas) como equivalentes de uma sistemática sociológica. Nos termos de Heidegger (2021, p. 99), como sabemos, “a destruição não possui apenas um sentido negativo de sepultamento da tradição, mas também positivo que, percorrendo a história, visa considerar a possibilidade de que um horizonte ainda mais originário e universal venha a se abrir”. Essa duplicidade é aqui invocada justamente para lembrar que toda proposta de revisão não representa por si mesma uma destruição negativa, mas nem por isso o desocultamento de novas possibilidades está *ipso facto* garantido. E, pelo caminho que estamos percorrendo, este não parece ser o caso. É o que nos cabe demonstrar.

1. A revisão dos clássicos na pesquisa brasileira

Por que, ao contrário das ciências naturais, as ciências humanas valorizam tanto a história pregressa de seus autores e de suas linhas de pensamento? Ao buscar responder a esta questão, Jeffrey Alexander (1987)

⁴ Vejam-se as declarações (do minuto 56 ao 59) dadas na mesa redonda “Perspectivas da teoria social para um planeta em mutação” no Seminário Nacional Crise e Metamorfoses da Sociologia (Ateliê de Humanidades, 2024).

identifica qual sua função teórica na economia discursiva da sociologia. Para isso, ele retoma a famosa distinção história/sistemática formulada por Robert Merton que, em nome de uma concepção cumulativa de ciência, entendia que o apego à história seria um obstáculo para o progresso da disciplina. Contrapondo-se a esta visão, Alexander demonstra que nas ciências humanas é justamente sua história (clássicos) que cumpre, na função de equivalente, o papel da sistemática teórica. Isso ocorre porque no campo das humanidades existe uma discordância endêmica com relação a seus pressupostos fundamentais, o que implica a necessidade de sua discussão teórica mais explícita e mais recorrente. Os autores referenciais da disciplina (clássicos) cumprem uma função básica de estabelecer um terreno e uma referência para a discussão teórica, pois eles 1) simplificam a discussão, 2) são um instrumento de busca de consenso, 3) preservam a pluralidade teórica e 4) legitimam a disciplina.

A distinção história/sistemática será o fio condutor do argumento deste escrito e já será utilizada neste tópico como instrumento para apresentar a discussão brasileira sobre o estatuto dos clássicos na teoria sociológica. Importa advertir, contudo, que não se trata de um levantamento ou balanço de bibliografia que se proponha a ser abrangente em termos descritivos, mas apenas um exercício de tipificação de algumas tendências, realizado a partir de trabalhos selecionados exemplarmente. Com base na diferença história/sistemática podemos obter um quadro analítico, conforme a discussão brasileira sobre a revisão dos clássicos privilegie um ou outro elemento dessa díade. Dessa forma podemos encontrar no debate em andamento três modelos básicos.

1.1 Sistemática sem história

O primeiro desses modelos é exclusivamente *sistemático* e pode ser exemplificado pelas pesquisas de Frédéric Vandenberghe e Alain Caillé (2021) que propõem uma “sociologia neoclássica” como instrumento para a reconstrução da sociologia e, por meio dela, da sociedade. O modelo parte de uma visão radicalmente pessimista do estado da sociologia (Vandenberghe & Fuchs, 2019), que se manifesta pela cisão entre ensino/pesquisa, fragmentação teórica e pelo seu isolamento frente aos *Studies* e à filosofia. Além desse quadro epistemológico, Vandenberghe acrescenta

ainda ao cenário as múltiplas crises sociais que assolam nosso presente. Frente a uma situação tão dramática, ele apresenta então uma *sociologia neoclássica*, que tem como referência a obra de Marcel Mauss. Aderindo à proposta de Alain Caillé, o antiutilitarismo da teoria da dádiva é apresentado como uma zona de negociação, ou seja, como uma “plataforma comum para a articulação entre sociologia, *Studies* e filosofia social, moral e política” (Caillé & Vandenberghe, 2021, p. 31).

Para devolver a sociologia ao posto de ciência social unificada, o paradigma de Mauss teria a oferecer o princípio do antiutilitarismo. Esse requisito mínimo, ao mesmo tempo que poderia evitar a armadilha da homogeneização, conservando um pluralismo razoável, abre caminho para um “quadro geral de análise, que seja filosoficamente informado e historicamente sensível, conceitualmente perspicaz e orientado pelo e para o presente” (Caillé & Vandenberghe, 2021, p. 37). Essa nova sociologia também seria “cosmopolita e crítica, analítica e diagnóstica, propedêutica e reconstrutiva” (p. 39) e “seus imperativos básicos consistem em descrever, explicar, interpretar e julgar” (p. 43). Embora não chegue a detalhar como realizar tamanha síntese, a proposta de uma sociologia neoclássica fundamentada em Mauss oferece, pelo menos, um princípio prático para tal tarefa, a saber, uma reforma curricular. Abandonando uma formação centrada em autores (clássicos/contemporâneos), postula-se por modos de formação que combinem a sociologia com a história, economia, antropologia, arte, psicologia, filosofia, e assim por diante.

A pesquisa de Vandenberghe segue o padrão teórico integrativo que emergiu das tentativas de síntese do modelo micro/macro dos anos 1990. Esse modelo se caracteriza pela busca de um quadro analítico capaz de agregar correntes teóricas diversas, de modo preservar suas contribuições (Knner & Schroer, 2009). No presente caso é o pensamento de Marcel Mauss que, afinal, acaba por exercer a função de um superclássico capaz de absorver as contribuições de outros autores referenciais, pois a teoria da dádiva oferece, *in fine*, a melhor alternativa ao utilitarismo” (Caillé & Vandenberghe, 2021, p. 53). Os demais autores, aí incluídas as “posições similares em Marx, Durkheim, Weber, Parsons ou Bourdieu” (p. 37) devem encaixar-se nessa proposta. Embora esse modelo seja inovador, na medida em que é um dos raros trabalhos que propõem a retomada da dimensão sistemática da sociologia, acaba por suprimir completamente a história na sistemática, ignorando inteiramente a primeira.

1.2 História como sistemática

Se no modelo acima proposto a história é simplesmente inexistente, na pesquisa de João Marcelo Ehlert Maia é ela que ocupa o papel analítico fundamental. Com efeito, sua longa trajetória de pesquisa segue uma linha coerente marcada pela tentativa constante de demonstrar as contribuições do pensamento social brasileiro para a teoria social global (Maia, 2013). O debate brasileiro sobre o iberismo, por exemplo, é convocado para repensar a articulação entre Estado e sociedade e a dualidade sertão/litoral é retomada de modo a que se possa rever a relação entre modernidade e colonialismo (Maia, 2009). O pressuposto da análise é que essa produção “implicava, no mínimo, uma recepção crítica de autores e categorias produzidas na literatura europeia e, no limite, um questionamento dos próprios fundamentos dessa literatura e do seu lugar de discurso” (Maia, 2009, p. 157). A partir dessa chave, trabalhos feitos no Brasil são posteriormente mobilizados como contributos para a pesquisa sobre a circulação institucional e intelectual em contextos periféricos (Maia, 2015, 2019). A tese é que o pensamento social brasileiro permite a crítica de conceitos sociológicos a partir de outros lugares discursivos, bem como a refutação ou mesmo retificação de teorias de médio alcance, mostrando assim seu falso universalismo (Maia, 2012). Maia também busca incorporar as contribuições do campo da história global da sociologia e sua reflexão se caracteriza pela crítica à área de pensamento social brasileiro por sua fraca incorporação de abordagens oriundas das disciplinas históricas (Maia, 2017).

Recentemente, a produção do autor (Maia, 2023) voltou-se para o questionamento dos clássicos da sociologia no contexto do ensino da disciplina. Seu ponto de partida é que, apesar da força dos debates sobre colonialismo/colonialidade, pouca coisa mudou em sala de aula, razão pela qual se “visa delinear [...] uma agenda não eurocêntrica a partir de diferentes ângulos e perspectivas” (Maia, 2023, p. 6). Nesse texto, a importância do subcampo da história da sociologia para a teoria em sociologia é fundamentada em quatro razões: a) ela proporciona coesão disciplinar, pois molda a identidade coletiva dos atuais cientistas sociais; b) é uma boa estratégia para ensinar as gerações mais jovens de sociólogos; c) poderia informar as pesquisas e teorizações atuais; d) poderia nos ajudar a refletir sobre os impactos mais amplos da sociologia em nossa cultura.

Evitando tanto uma narrativa difusionista, quanto um essencialismo e privilégio epistêmico do Sul, apregoa-se uma política de ensino que “supere as narrativas eurocêntricas e explore novas estratégias de aprendizagem, evitando a fetichização do “cânon” (p. 15-16). Essa política também ajudaria a preencher as lacunas entre os estudos pós-coloniais/decoloniais e a teoria social dominante de tal forma que a história global da sociologia e a circulação dos discursos anticoloniais se conectem e frutifiquem.

Maia é, dentre os pesquisadores brasileiros da teoria social atual, aquele que tem feito o esforço mais vasto e rigoroso de aproximação e incorporação das metodologias da pesquisa em história no estudo do pensamento social. Mas, ao pretender apresentar a história global da disciplina como eixo de uma nova teoria social, acaba por incorrer no mesmo problema já identificando no modelo anterior, mas desta feita em sentido inverso, pois, neste caso é a sistemática que acaba por ser suprimida no interior da história.

1.3 A história como contraponto da sistemática

Em Hamlin, Weiss e Brito (2022, p. 29), o aspecto sistemático é o mais saliente, mas, na sua busca por “reescrever a história da sociologia e da teoria social de forma a dar conta de um sem-número de vozes apagadas e silenciadas da história oficial”, a dimensão histórica é amplamente mobilizada. Por isso, podemos considerar este como o único modelo que, ao invés de eliminar ou subordinar um dos elementos da díade sistemática/história em função do outro, busca algum tipo de articulação analítica entre eles. Como enfatizam as autoras, “mobilizar uma perspectiva *histórica* no interior da discussão *teórica* permite pensar contingências e vieses dos próprios conceitos, categorias analíticas e argumentos do campo teórico” (Hamlin *et al.*, 2022, p. 47, grifo das autoras). Isso implica, do ponto de vista histórico, “a compreensão do contexto social que possibilitou a emergência de paradigmas teóricos específicos, oferecendo um tratamento propriamente sociológico à produção das teorias” (p. 53-54) e, de um ponto de vista sistemático, o “estabelecimento de um diálogo entre vozes contrastantes mediante o qual os limites e possibilidades das diversas teorias sejam estabelecidos” (p. 54).

De fato, ao proporem, ainda que sem implodir as fronteiras disciplinares, uma sociologia polifônica que introduz vozes femininas no rol da sociologia clássica, elas começam ilustrando o processo de apagamento de vozes femininas a partir do exemplo das sociólogas do Hull-House de Chicago, esquecidas na história da sociologia norte-americana. Feito o mergulho no aspecto histórico, cujo objetivo é demonstrar o caráter androcêntrico e eurocêntrico da sociologia, passa-se, após, ao aspecto sistemático da questão. Revisa-se, então, o debate sobre o lugar dos clássicos na sociologia na atualidade, que é muito bem caracterizado em cinco posições típico-ideais: 1) a recusa positivista aos clássicos, 2) a recusa estruturalista aos clássicos, 3) a recusa política aos clássicos e/ou ao cânone, 4) a defesa dos clássicos em um cânone restrito e 5) a defesa dos clássicos em um cânone ampliado. Por fim, com base na metáfora musical/literária da polifonia, propõe-se “uma sociologia mais plural e menos viesada”. Tomando como exemplos as obras de Flora Tristán e Marianne Weber, pergunta-se, então, o que “a adição ou subtração de vozes ao cânone sociológico clássico pode mudar em sua configuração geral” (Hamlin *et al.*, 2022, p. 51). O pressuposto é que “o contraponto entre vozes femininas apagadas e vozes masculinas canonizadas pode revelar perspectivas alternativas e contrastantes para um mesmo fenômeno” (p. 51).

Comparada à ampla proposta sistemática de Vandenberghe, que, na verdade, suprime os clássicos na síntese maussiana, a leitura de Hamlin, Weiss e Brito, na medida em que se atém a um cânone ampliado, é bem mais equilibrada, pois seus autores referenciais não são eliminados, apenas complementados (com outros contrapontos). No entanto, a proposta resta prejudicada por uma articulação ainda insuficiente da relação entre sistemática e história. O problema é que a mobilização da história resta ambivalente. Por um lado, ela é mobilizada como um corretivo à narrativa teórica vigente: nesse caso, ela parece exercer uma função meramente auxiliar para a teoria. Por outro lado, a narrativa histórica da exclusão fornece o padrão de avaliação teórico-normativa (eurocentrismo e androcentrismo) dos clássicos: nesse caso, a história acaba por assumir o lugar da teoria. Dessa ambivalência resulta que a lista dos esquecidos/apagados da história ocupa um posto ambíguo que oscila entre a função analítica subordinada de complemento teórico ou o posto de instância normativa superior, cuja função é demonstrar a parcialidade das interpretações clássicas. De um

ou de outro modo, obtém-se um quadro dualista que acaba justapondo clássicos/apagados, sem que se alcance uma síntese que supere a dicotomia dominantes/dominados que subjaz ao modelo.

2. Reduccionismo histórico e sistemático

O tópico anterior teve como objetivo caracterizar, em termos analítico-descriptivos, os modelos de revisão dos clássicos mais importantes da atual pesquisa brasileira. Este tópico, servindo-se novamente da diferença entre história e sistemática, procura dar um passo além e coloca em relevo algumas dos principais problemas teóricos subjacentes aos esforços (nacionais e internacionais) de desconstrução dos referenciais clássicos em teoria sociológica.

2.1 Unidimensionalidade histórica

A começar pela ambiguidade calculada no uso dos conceitos de “clássico” e de “cânone”, o que permite uma instrumentalização político-ideológica do segundo termo, como bem observaram Silver, Guzman, Parker e Döpking (2022), os partidários dos clássicos em sociologia servem-se de diferentes estratégias retóricas para defender sua manutenção, quer apelando para legitimações de tipo funcionalista, histórico ou humanista. Mas o estudo parece esquecer que também a literatura revisionista faz uso de estratégias retóricas. Aliás, esse mesmo texto revela que, apesar do uso bastante frequente dos termos clássico/clássicos e cânone na produção acadêmica, o primeiro sempre foi predominante (Silver *et al.*, 2022, p. 292). Ora, a inversão recente dessa frequência em privilégio do termo cânon, que acompanha a vaga revisionista, já mostra que seu objetivo é estigmatizar a lista de clássicos como uma imposição dogmática e como uma opressão epistêmico-política. Assim, diferente do sugerido por Baehr (2017) – para quem os termos “fundador” (cujo sentido é mais mítico que histórico) e “cânion” (que possui um sentido teológico de livros sagrados) são equívocos, restando como útil apenas o termo “clássico” –, prefere-se instrumentalizar o sentido negativo do termo cânion para fins de deslegitimação. Nesse processo, “clássico/cânion/dogma” acabam tendo seus significados nivelados, embora, paradoxalmente, não falem vozes

que, em nome da crítica a um suposto cânon, não vejam nenhum problema em simplesmente propor novas listas canonizadas.

Acompanha essa instrumentalização terminológica uma pesquisa histórica ainda deficiente e incompleta de como a tríade Marx/Durkheim/Weber tornou-se uma referência global em teoria sociológica. A lista apresentada por Parsons (2010) em 1937 (Pareto/Marschall/Durkheim e Weber) e a tríade clássica trabalhada por Giddens (1971) são tomados axiomáticamente como momentos chaves desse processo, mas sem uma demonstração rigorosa e empiricamente embasada que confirme essa narrativa e sem realmente esclarecer a partir de quais determinantes ela realmente teria se difundido. Essa história mitificada ignora, por exemplo, que Pitirim Sorokin (1928), nos Estados Unidos, estava longe de reduzir o período clássico à atual tríade, enquanto, na França, Raymond Aron (1967) propunha uma nominata muito maior de autores clássicos. E, mesmo no Brasil, ainda nos idos de 1959, portanto muito antes de Giddens, Florestan Fernandes já apresentava essa tríade consagrada como os principais modos de indução empírica em sociologia. O que estes poucos exemplos aqui arrolados já evidenciam é que a história social da consagração de autores em sociologia é bem mais complexa do que a versão difusionista que nos vem sendo apresentada. E, embora ainda pouco saibamos sobre quando e como o processo de isomorfismo institucional acabou se impondo paulatinamente, as pesquisas até agora existentes (como Schneickert *et al.*, 2019) demonstram que esse processo não é tão homogêneo assim, comportando ainda nuances e diferenças nacionais que não podem ser desprezadas (Guzman, 2023). De um ou de outro modo, a história dos autores clássicos em sociologia é bem mais plural e complexa do que possa parecer.

Na raiz desses problemas encontra-se, em última instância, a hegemonia de uma perspectiva unidimensional da história da sociologia que, a despeito da correta busca por uma perspectiva global para o entendimento do devir dessa ciência, permanece presa à dicotomia centro/periferia e a critérios restritivos de análise (eurocentrismo, gênero e raça), neste ponto, aliás, refletindo de perto a ascensão de um novo imaginário político centrado nas questões da identidade e do reconhecimento (Neiman, 2023). Essa abordagem moralista e hipercontextualista, que sacrifica inteiramente a distinção entre lugar epistêmico e lugar social, episteme e normatividade, reduzindo o primeiro aspecto de cada par ao segundo, pode ser contrastada com uma perspectiva

multidimensional da história da sociologia, como passo a ilustrar doravante. Sirvo-me, neste caso, da distinção proposta por Peter (2015) que diferencia entre um *modelo cognitivo* de história da sociologia, que sistematiza teórica e abstratamente conceitos, paradigmas e modelos; um *modelo social*, que privilegia os atores sociais e os processos institucionais envolvidos na discussão teórica; e um terceiro modelo que busca integrar a *análise de discurso* (práticas discursivas e não discursivas do desenvolvimento teórico da sociologia) com a *história dos efeitos*, ou seja, com a busca por compreender a incidência das teorias tanto no campo social (em sentido amplo) quanto no campo científico-sociológico (em sentido estrito).

Essa tipologia não está isenta de reparos e nem é meu objetivo apresentá-la como um marco teórico para a pesquisa histórico-social. Mas sua apresentação já é suficiente para demonstrar, por contraste, que o revisionismo dos clássicos está lastreado em uma perspectiva histórica reducionista que elege unilateralmente determinados marcadores sociais como determinantes do pensamento: para explicar os novos dopados sociais (clássicos), sai a classe, e entram em seu lugar o colonialismo/imperialismo, a raça e o gênero. Em nome da crítica a uma leitura textualista e desencarnada, parte-se para o extremo oposto de uma leitura contextualista de tipo sociodeterminista. Perde-se de vista, assim, uma visão multidimensional da pesquisa histórica, que não só leve em conta o equilíbrio entre elementos internos (textuais) e externos (contextuais), mas também opere com metodologias plurais e diversificadas que melhor traduzam a complexidade das formas de produção científico-social.

2.2 Homogeneização paradigmática

Feita a discussão histórica, passemos agora à dimensão sistemática do problema, ou seja, a que diz respeito à função dos clássicos no âmbito teórico da sociologia. Nesse caso, é importante indagar inicialmente se a falência da tríade clássica em cumprir a função de equivalente da sistemática teórica, mais do que resultado da crítica político-normativa (eurocentrismo, androcentrismo etc.), não é, na verdade, reflexo das profundas mudanças teóricas sofridas por esta ciência desde o final dos anos 1970.

Com efeito, em 1979, a proclamação de uma condição pós-moderna (Lyotard, 1998) já indicava que o consenso em torno de dois paradigmas

sociológicos rivais (funcionalismo e marxismo), com sua ênfase na ordem ou na mudança, tinha perdido muito de seu sentido e atualidade. Diante de uma visão funcional que, com a notável exceção de Niklas Luhmann, praticamente não tem mais representantes, e com a erosão do socialismo soviético, principal responsável pelo declínio do marxismo, seus dois pilares clássicos (Durkheim/Marx) pouco refletem a situação e o caráter fragmentado da teoria sociológica contemporânea.

Isso talvez explique por que a tríade clássica da sociologia, apesar de seu valor histórico, tenha se tornado disfuncional para exercer o correlato de sistemática teórica. O alargamento da distância histórica entre o clássico (passado) e o contemporâneo (presente) enfraqueceu sua capacidade de funcionar como zona de entendimento e negociação teórica. Essa inadequação se dá não apenas por ausências temáticas que necessitam de pequenas correções adicionais ou por limitações normativas (eurocentrismo etc.), mas, principalmente por já não refletirem os pressupostos epistemológicos e metodológicos pelos quais a teoria sociológica se orienta hoje, isso para não falar das mudanças sociais que separam esses dois mundos. Em suma, o principal problema não é que os clássicos sejam seletivos, mas sim que eles se tornaram obsoletos.

Esta situação disfuncional explica, em parte, o sucesso da crítica colonial/decolonial e feminista que, na verdade, não capta a raiz última do problema e, principalmente, apresenta uma solução para ele que implica outro tipo de agravante. Ocorre que tais discursos se orientam por uma visão unidimensional da história da sociologia que, enquanto sistemática latente, acaba por canonizar, na esteira da desconstrução *à la* Derrida, dicotomias normativas essencializadas, como ocidentais/não ocidentais, brancos/negros, homens/mulheres e assim por diante. É em função desse critério dualista que um novo cânon, com seus respectivos representantes, ao lado do antigo, é eleito, proporcionando assim a inversão daquelas dualidades. Dessa forma, a teoria sociológica se vê implicitamente arrastada para uma homogeneização teórica sem precedentes, destruindo, assim, o ténue equilíbrio entre visões paradigmáticas que a história (com seus clássicos), na medida em que exercia a função de equivalente da sistemática teórica, desejava representar.

Para entender esse aspecto, não devemos pensar que se trata da hegemonia de um paradigma teórico específico, algo que a sociologia nunca

alcançou. Trata-se, antes, do consenso tácito em torno de um imaginário teórico-normativo que é latente e difuso e que é muito bem retratado na caracterização que Susen (2015) nos apresenta do estado da teoria social contemporânea. Segundo seu estudo, a atual virada pós-moderna se caracteriza pelo predomínio do relativismo no plano epistemológico (negação da verdade como correspondência com os fatos), por uma visão interpretativista no plano metodológico (narrativas), pela rejeição de qualquer determinismo e pela radical assunção da contingência no plano histórico e, por fim, pela troca do princípio da igualdade pelo princípio da diferença no plano político-normativo (política identitária). Mais recentemente, o autor (Susen, 2020) atualizou seu diagnóstico e, refletindo a hegemonia do imaginário pós-colonial, demonstrou como os temas centrais do pensamento social atual se movem em torno do questionamento do eurocentrismo e pela busca de uma visão globalizada e multicentrada da modernidade. Acompanha este processo o questionamento do cânon sociológico e a denúncia dos processos de silenciamento de outras vozes, bem como a busca pelo rompimento com visões ainda evolucionistas de compreensão do tempo presente.

A justaposição entre um antigo cânon dado como eurocêntrico (valência negativa) e um novo cânon democratizado (valência positiva) não apenas introduz um dualismo fatal para o valor dos clássicos como, ao final, consagra como hegemônico um imaginário teórico unitário que pouco deixa espaço para cosmovisões concorrenciais de compreensão da teoria social. Na prática, não existe mais uma discussão teórica imanente pela qual marxismo, funcionalismo e sociologia compreensiva disputavam entre si, ainda que sem conseguir impor-se unilateralmente, a hegemonia do discurso sociológico. A adoção de parâmetros epistemológicos pós-coloniais como forma de julgamento teórico-político dos clássicos introduz na própria disciplina uma abordagem que atua ocultamente como paradigma unificador. A sobreposição do discurso do novo cânon pós-colonial (discurso de segunda ordem), contra e sobre o discurso clássico/colonial (discurso de primeira ordem), instaura uma assimetria normativa e epistemológica que soterra inteiramente a história intelectual da disciplina como mecanismo substitutivo da sistemática sociológica. Em termos simples e diretos, o que ocorre é que a sociologia clássica passou a ser reduzida à teoria pós-colonial.

3. Caminhos a seguir: recuperando o papel da sistemática

Qual seria o caminho para superar esses impasses e problemas? Embora essa seja uma tarefa complexa e ampla, que demanda um trabalho longo e coletivo, neste último tópico pretendo esboçar, em traços bastante gerais e tentativos, alguns linhas de desenvolvimento para a discussão teórica em sociologia. Apesar de suas diferenças, os dois modelos abaixo esboçados advogam pela recuperação do papel da dimensão especificamente teórico-sistemática em sociologia.

3.1 História da teoria com intenção sistemática

Esse modelo foi desenvolvido na Alemanha por Wolfgang Schluchter (2015) e foi utilizado por ele para apresentar uma história da teoria sociológica tanto em sua fase de fundação quanto em sua fase atual. Conforme este modelo, há que se distinguir entre a *sistemática teórica abstrata* [*Theoriekonstruktion*] propriamente dita, e a *história da teoria* [*Theoriegeschichte*]. No campo histórico, por sua vez, podemos distinguir entre a *história das teorias em sentido estrito* [*Reine Theoriegeschichtsschreibung*] e a *história da teoria com intenção sistemática* [*Theoriegeschichte in systematischer Absicht*]. Para desenvolver esta segunda abordagem, Schluchter evita a epistemologia de Thomas Kuhn, pois ela supõe uma concepção teoricamente unificada de ciência em torno de um paradigma. Apoiando-se em Imre Lakatos, ele privilegia o conceito de *programas de pesquisa* para colocar em relevo o fato de que a ciência se caracteriza pela coexistência de abordagens concorrentes, e não pela unidade paradigmática. Com base nesta diretriz, ele descreve três programas de pesquisa concorrentes em sociologia, isso a depender de suas bases filosóficas: 1) o hegelianismo sociológico (Marx), 2) o kantianismo sociológico (Durkheim) e 3) a sociologia kantiana (Weber). Enquanto os dois primeiros modelos perseguem o objetivo de substituir os programas filosóficos de Kant e Hegel pela sociologia, o terceiro modelo limitou-se apenas a complementar Kant.

À primeira vista, a proposta de Schluchter parece não apresentar nada de novo, na medida em que apenas nos repropõe a já conhecida tríade

dos clássicos da sociologia. Mas existem alguns pontos inovadores em seu modelo. Em primeiro lugar, o fato de que ele não dispensa a investigação histórica e, sem a absolutizar, ela é posta ao serviço da investigação teórica. No seu modelo, é a teoria que comanda a história e não o contrário: evita-se, assim, a armadilha do historicismo. Em segundo lugar, Schluchter volta a valorizar a dimensão cognitiva da história da sociologia, evitando, assim, a armadilha do hipercontextualismo. Por fim, ao organizar sua exposição em torno dos fundamentos epistemológicos subjacentes (Kant/Hegel) aos programas sociológicos, ele nos oferece critérios de escolha intrinsecamente teóricos que não se limitam a escolher autores ou correntes de pensamento a partir de critérios sociopolíticos, como marcadores sociais de diferença, representatividade simbólica ou contextos geopolíticos. Afinal, como bem argumentou Nuno Oliveira (2024), em trabalho recente, se desejamos renovar as referências clássicas em sociologia, são critérios realmente teóricos que devem instruir nossas escolhas.

Esse mesmo critério acima poderia ser adotado também para incluir na apresentação histórico-sistemática da teoria sociológica um programa de pesquisa de matriz nietzscheana/spinoziana, com sua ênfase na questão do poder, base última sobre a qual, em última instância, repousam os fundamentos epistemológicos das teorias pós-modernas e pós-coloniais/decoloniais que hoje concorrem com os programas de pesquisa do tipo kantiano/hegeliano. Trata-se, é claro, de um programa de pesquisa mais difuso e mais difícil de ser condensado em um único autor exemplar, mas ele poderia incluir desde Georg Simmel até Gabriel Tarde e ainda incluir outros nomes como Frantz Fanon ou W.E.B. du Bois, entre outros. Talvez fosse o caso de também reconhecer a maior diversidade de programas de pesquisa da sociologia nascente e incluir no estudo histórico-sistemático a matriz pragmático-linguística já implícita em George Herbert Mead, dentre outros. Nessa direção, talvez se consiga um retrato mais fiel e teoricamente mais amplo, qual seja, teoricamente mais plural, dos programas de pesquisa que informam a sistemática sociológica em sua fase nascente.

3.2 Pela retomada da sociologia sistemática

Apesar de deixar uma porta aberta ao caminho da história, resta como problema do modelo acima o fato de que os programas de pesquisa da sociologia nascente talvez estejam longe demais das diversas viradas que acometem atualmente a teoria social (problema da obsolescência). Ademais, um retrato histórico mais amplo e variado de programas de pesquisa em sociologia não significa que ele ainda possa funcionar como um *Ersatz* da sistemática sociológica. Por esses motivos, é chegada a hora de perguntar se a ciência da sociedade não deve recuperar definitivamente a ideia de uma sociologia geral ou sociologia sistemática, conceito que a expressão teoria social/teoria sociológica acabou gradativamente por substituir. De fato, nos primórdios da sociologia, Georg Simmel (2006) já diferenciava entre sociologia geral (histórica), sociologia formal (ou pura) e sociologia filosófica, enquanto Karl Mannheim (1971) propunha a distinção entre a sociologia geral e sistemática e a sociologia histórica (que está subdividida em sociologia comparada e dinâmica social). Também no Brasil, Florestan Fernandes (1970, p. 57-73), em sua fase teórica, diferenciava entre a sociologia sistemática (ou formal), a sociologia descritiva, a sociologia histórica e a sociologia comparada.

Evidentemente a retomada da sociologia geral ou sistemática precisa evitar a tentação de eleger unilateralmente determinada abordagem, com sua nomenclatura correspondente, como possibilidade exclusiva da sistemática sociológica. Esse é o caso da sociologia geral de Bourdieu (2021), por exemplo, que, apesar de corretamente resgatar o termo, acabaria por hegemonizar a teoria praxiológica desse autor e levaria por impor a tríade *habitus/campo/classe* como léxico exclusivo dos sociólogos. Uma sociologia geral/sistemática aberta ao pluralismo não precisa necessariamente seguir as estratégias da integração ou da complementação de teorias, pois não se trata de produzir unicidade paradigmática. Trata-se, antes, de localizar um conjunto de questões e problemas fundamentais, de nível teórico, em torno das quais uma discussão teórico-sistemática, com diferentes visões, possa ser organizada. Esse conjunto de problemas precisa ir muito além da mera dicotomia “micro/macro” (ou agência e estrutura) ou mesmo da simplória trilogia “ação/ordem/mudança” que, nem de longe, desenvolvem o conjunto de questões sistemáticas que necessitam ser enfrentadas pela reflexão teórica em sociologia.

Uma sistemática sociológica aberta à pluralidade deverá ser capaz de identificar um núcleo de problemas centrais da sociologia e, a partir deles, apresentar uma diversidade de soluções disponíveis. A apresentação de soluções ou respostas plurais é fundamental. Essa organização em torno de problemas pode seguir, basicamente, dois caminhos. O primeiro diz respeito aos níveis de análise e, nesse caso, a organização da sistemática em problemas meta-teóricos (ontológicos, epistemológicos, metodológicos, antropológicos, éticos), em problemas de teoria social, e em problemas de teoria sociológica (da modernidade) pode ser um bom ponto de partida (Vandenberghe, 2009). Mas o esquema poderia também ser simplificado em torno de questões mais gerais e abstratas (teoria social) e questões histórico-empíricas (teorias da sociedade).

O segundo desses caminhos envolve a capacidade da teoria social (abstrata) em estabelecer um núcleo de problemas ou questões nucleares do discurso sociológico. Um exemplo desse segundo caminho é o esforço de Turner (2010a, 2010b, 2012) em sistematizar os conceitos sociológicos fundamentais em três níveis que incluem as seguintes questões temáticas: a) dinâmicas microsociais (encontros face-a-face e suas dinâmicas demográficas, ecológicas, *status*, papel, cultura, motivos, emoções etc.), b) dinâmicas macrosociais (instituições, estratificação, sociedades, sistemas de sociedades etc.) e c) dinâmicas mesosociais (corporações e grupos sociais). Em direção similar, Hartmut Esser (1999, 2000a, 2000b, 2000c, 2000d, 2001), na Alemanha, elaborou um amplo programa teórico em cujos seis volumes são tratados os grandes temas da sociologia: *Lógica da situação* (vol. 1), *A Construção da sociedade* (vol. 2), *Ação social* (vol. 3), *Oportunidades e restrições* (vol. 4), *Instituições* (vol. 5) e *Sentido e Cultura* (vol. 6).

Embora as propostas desses autores busquem a unicidade teórica e terminológica da sociologia, o que precisa ser terminantemente evitado, eles ilustram, contudo, como pode ser possível chegar a um conjunto amplo de temas/problemas-chave de uma sistemática sociológica que podem ser apresentados de forma plural, ou seja, a partir da apresentação das principais visões, paradigmas ou teorias que existem em sociologia sobre eles. Não se trata, portanto, de adotar os dois exemplos acima, mas apenas de ilustrar, a partir deles, o que se está aqui propondo. Nesse caso, a sistemática sociológica poderia apresentar-se de forma similar à filosofia contemporânea que, sem desprezar a história, está hoje organizada em torno

de áreas/problemas nas quais as soluções são discutidas de forma histórica e sistemática: ontologia, epistemologia, lógica, ética, estética e assim por diante. Ou mesmo da economia, mais bem organizada em torno de uma microeconomia e uma macroeconomia.

Além disso, esse esquema permite incorporar muito melhor as múltiplas contribuições da sociologia em escala global, pois não só uma lista de problemas, mas também as soluções aos problemas precisam levar em consideração a teorização e a pesquisa de uma sociologia pensada de forma cosmopolita. Nesses termos, a sistemática sociológica deverá incorporar, por exemplo, como um de seus problemas centrais, a questão da colonialidade e, no interior do conceito de Estado/esfera pública ou da mudança social, as teorias de Said Arjomand e Ibn Khaldun, por exemplo. No campo da estratificação, toda a pesquisa atual sobre racismo e interseccionalidade deverá ser agregada ao arsenal sociológico existente e no campo das teorias sobre identidade toda a questão da dupla consciência (Du Bois), passam a ser partes integrantes de uma ampla sistemática sociológica. Por fim, essa sistemática precisaria estar sempre atenta à dimensão histórica, pois cada um dos problemas e conceitos da teoria sociológica está sempre disponível a uma apresentação de caráter diacrônico, ou seja, que leve em consideração o modo como o problema se constitui e se desenvolve ao longo do tempo.

Mais do que um novo cânone sociológico dicotomizado em termos normativos, uma zona de negociação que exerça o papel de integração teórica em sociologia, mas sem recair na armadilha da homogeneização paradigmática, requer, hoje, uma sistemática transnacional, articulada em torno de problemas e questões centrais da sociologia e que englobe a diversidade do social em termos históricos, culturais, geopolíticos, epistemológicos e assim por diante. Embora essa proposta também não esteja imune à colonização ideológica, se ela for realizada de forma aberta, plural e coletiva, e for feita com esforço e coragem de abandonar o apego a um passado idealizado que, apesar de seu valor, não cumpre mais as funções para as quais foi pensado, talvez seja o melhor caminho para a construção de uma teoria sociológica, ou seja, de uma sociologia geral da vida social e da sociedade.

Considerações finais

Usando uma imagem forte, podemos dizer que a função dos clássicos como equivalente de uma sistemática sociológica como zona de interlocução tornou-se um verdadeiro zumbi. Se a tríade clássica todavia sobrevive é porque, além da força de fatores sociais institucionalizados, ela ainda reflete, pelo menos parcialmente, o desenvolvimento da sociologia até certo ponto de sua história. Além disso, encurralados no campo da mentalidade colonial, os clássicos não deixam de ser politicamente funcionais para a legitimação de novas abordagens em cuja retórica eles são apresentados como um cânon que precisa ser superado, complementado ou mesmo substituído. De toda forma, seja pela via da sobredeterminação da sistemática ou da história social, ou mesmo de uma articulação insuficiente entre sistemática e história (modelos que identificamos na pesquisa brasileira), a vaga revisionista hoje em curso, ao decretar sua inevitável seletividade, soterra a validade dos clássicos como referência teórica atual (presente). Essa crítica, contudo, assenta-se sobre visões fortemente unidimensionais de pesquisa histórica e, ao alçar o pós-colonialismo ao posto de instância de análise que se sobrepõe aos modelos sociológicos oriundos dos clássicos (marxismo, funcionalismo e sociologia compreensiva), acaba por produzir uma assimetria discursiva que deixa a sociologia exposta à perda da pluralidade teórica. Sair dessa situação inercial demanda da sociologia atual a necessidade de recuperar com mais vigor sua dimensão intrinsecamente sistemática, talvez o único caminho que ainda nos reste antes que a desconstrução atualmente em curso nos soterre nos escombros da destruição.

Referências

- Alatas, Syed Farid, & Sinha, Vineeta. (2017). *Sociological theory beyond the canon*. Springer.
- Alcântara, Fernanda H. C. (2022). O nascimento da observação social sistemática com Harriet Martineau. *Teoria e Cultura*, 17 (1), 176-190. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2022.v17.35645>
- Alexander, Jeffrey. (1990). A importância dos clássicos. In Anthony Giddens (org.). *Teoria social hoje* (pp. 23-90). Unesp.
- Aron, Raymond. (1967). *Les étapes de la pensée sociologique*. Gallimard.
- Ateliê de Humanidades. (2024). Seminário Nacional Crise e Metamorfoses da Sociologia - Mesa de encerramento. *Youtube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=11C-a7e0u5w&list=PLu2NbXklC78Blp51Z9MSJQVbLo5z-oj9i>. Acesso em: 09 set. 2024.
- Baehr, Peter. (2017). *Founders, classics, canons: Modern disputes over the origins and appraisal of sociology's heritage*. Routledge.
- Bhambra, Gurinder K., & Holmwood, John. (2021). *Colonialism and modern social theory*. John Wiley & Sons.
- Bourdieu, Pierre. (2021). *Sociologia geral vol. 1: Lutas de classificação - Curso no Collège de France (1981-1982)*. Vozes.
- Caillé, Alain, & Vandenberghe, Frédéric. (2021). *Por uma nova sociologia clássica: reunindo teoria social, filosofia moral e os studies*. Editora Vozes.
- Castro, Celso. (2022). *Além do cânone: para ampliar e diversificar as ciências sociais*. Editora FGV.
- Collins, Randall. (1997). A sociological guilt trip: Comment on Connell. *American Journal of Sociology*, 102(6), 1558-1564.
- Connell, Raewyn. (2020). *Southern theory: The global dynamics of knowledge in social science*. Londres: Routledge.
- Connell, Robert William. (1997). Why is classical theory classical?. *American Journal of Sociology*, 102(6), 1511-1557.
- Esser, Hartmut. (1999). *Soziologie: allgemeine Grundlagen. Band 1: Situationslogik und handeln*. Campus Verlag.
- Esser, Hartmut. (2000a). *Soziologie. Spezielle Grundlagen. Band 2: Die Konstruktion der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Campus Verlag.

- Esser, Hartmut. (2000b). *Soziologie: spezielle Grundlagen. Band 3: Soziales Handeln*. Campus Verlag.
- Esser, Hartmut. (2000c). *Soziologie: spezielle Grundlagen. Band 4: Opportunitäten und Restriktionen*. Campus Verlag.
- Esser, Hartmut. (2000d). *Soziologie: allgemeine Grundlagen. Band 5: Institutionen*. Campus Verlag.
- Esser, Hartmut. (2001). *Soziologie: spezielle Grundlagen. Band 6: Sinn und Kultur*. Campus Verlag.
- Fernandes, Florestan. (1970). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. Cia. Editora Nacional.
- Giddens, Anthony. (1971). *Capitalism and modern social theory: An analysis of the writings of Marx, Durkheim and Max Weber*. Cambridge University Press.
- Go, Julian. (2016). *Postcolonial thought and social theory*. Oxford University Press.
- Guzman, Cinthya *et al.* (2023). Toward a historical sociology of canonization: Comparing the development of sociological theory in the English-, German-, and French-language contexts since the 1950s. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, 64(2), 259-302. <https://doi.org/10.1017/S0003975623000309>
- Hamlin, Cynthia L., Weiss, Raquel A. & Brito, Simone M. (2022). Por uma sociologia polifônica: introduzindo vozes femininas no cânone sociológico. *Sociologias*, 24(61), 26-59. <https://doi.org/10.1590/18070337-125407-PT>
- Heidegger, Martin. (2021). *Ser e tempo*. Trad. de Fausto Castilho. Editora da Unicamp e Vozes.
- How, Alan R. (2016). *Restoring the classic in sociology: Traditions, texts and the canon*. Springer.
- Lyotard, Jean-François. (1998). *A condição pós-moderna*. J. Olympio.
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2009). Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (71), 155-168. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000300011>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2012). Reputações à brasileira: o caso de Guerreiro Ramos. *Sociologia & Antropologia*, 2(4), 265-291. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v2412>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2013). Além da pós-colonialidade: a sociologia periférica e a crítica ao eurocentrismo. *Cadernos de Estudos Culturais*, 5, 103-116.

- Maia, João Marcelo Ehlert. (2015). A sociologia periférica de Guerreiro Ramos. *Cadernos CRH*, 28(73), 47-58. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000100004>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2017). História da sociologia como campo de pesquisa e algumas tendências recentes do pensamento social brasileiro. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 24(1), 111-128. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702017000100003>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2019). Costa Pinto em dois tempos: os efeitos periféricos na circulação de ideias. *Tempo Social*, 31(2), 173-198. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.148331>
- Maia, João Marcelo Ehlert. (2023). Ensinando a partir do Sul: novos diálogos entre a História da Sociologia e a Teoria Sociológica. *Revista Brasileira de Sociologia*, 11(27), 5-22. <https://doi.org/10.20336/rbs.916>
- Mannheim, Karl. (1971). *Ideology and utopia*. Harcourt Brace Jovanovich.
- Mouzelis, Nicos. (1997). In defence of the sociological canon: a reply to David Parker. *The Sociological Review*, 45(2), 244-253. <https://doi.org/10.1111/1467-954X.00063>
- Neiman, Susan. (2023). *Left is not Woke*. John Wiley & Sons.
- Oliveira, Nuno. (2024). Canônicos, anticanônicos, e nenhum cânone em absoluto: ir “para além do cânone” ou escrutinar as opções anticanônicas? *Sociologia, Problemas e Práticas*, (105), 141-158. <http://journals.openedition.org/spp/14486>
- Parsons, Talcott. (2010). *A estrutura da ação social* (2 vols.). Vozes.
- Peter, Lothar. (2015). Warum und wie betreibt man Geschichte der Soziologie? In Christian Dayé & Stephan Moebius (orgs.). *Soziologiegeschichte: Wege und Ziele* (pp. 112-148). Suhrkamp.
- Schluchter, Wolfgang. (2015). *Grundlegungen der Soziologie: eine Theoriegeschichte in systematischer Absicht*. Mohr Siebeck.
- Schneickert, Christian *et al.* (2019). The sociological canon, relations between theories and methods, and a latent political structure: Findings from a survey of sociology students in Germany and consequences for teaching. *Teaching Sociology*, 47(4), 339-349. <https://doi.org/10.1177/0092055X19865301>
- Silver, Daniel, Guzman, Cinthya, Parker, Sébastien, & Döpkping, Lars. (2022). The rhetoric of the canon: Functional, historicist, and humanist justifications. *The American Sociologist*, 53(3), 287-313.
- Simmel, Georg. (2006). *Questões fundamentais da sociologia*. Zahar.

- Sorokin, Pitirim Aleksandrovich. (1928). *Contemporary sociological theories*. Harper & Brothers.
- Steinmetz, George (ed.). (2013). *Sociology and empire: the imperial entanglements of a discipline*. Duke University Press.
- Susen, Simon. (2015). *The postmodern turn in the social sciences*. Palgrave Macmillan.
- Susen, Simon. (2020). *Sociology in the Twenty-First Century*. Springer International Publishing.
- Turner, Jonathan H. (2010a). *Theoretical Principles of Sociology, Volume 1: Microdynamics*. Springer Science & Business Media.
- Turner, Jonathan H. (2010b). *Theoretical Principles of Sociology, Volume 2: Microdynamics*. Springer Science & Business Media.
- Turner, Jonathan H. (2012). *Theoretical principles of sociology, Volume 3: Mesodynamics*. Springer Science & Business Media.
- Turner, Jonathan H. (2013). *Theoretical sociology: 1830 to the present*. Sage.
- Vandenberghe, Frédéric. (2009). Prefácio à edição brasileira: Metateoria, teoria social, teoria sociológica. In *Uma história filosófica da sociologia alemã* (pp. 1-37). Annablume.
- Vandenberghe, Frédéric, & Fuchs, Stephan. (2019). On the coming end of Sociology. *Canadian Review of Sociology-Revue Canadienne de Sociologie*, 56(1), 138-143.

Recebido: 30 set. 2024.
Aceito: 19 fev. 2025.



Licenciado sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)